

Médicos no regresso da *peregrinatio academica*: mobilidade e conflito no Portugal Quinhentista

Luís Ribeiro Gonçalves

CIDEHUS-U. Évora¹

Designa-se por *peregrinatio academica* o fenómeno de circulação de alunos e professores pelos principais centros de formação e primeiras universidades que nasceu no seio do movimento cultural urbano dos séculos XII e XIII. No decurso das centúrias seguintes, este movimento contribuiu de forma decisiva para a difusão de ideias políticas e religiosas e na partilha de conhecimento nos reinos europeus². No Portugal de quinhentos, a formação fora do reino assume-se como um momento decisivo nos percursos académicos de inúmeros médicos portugueses como Garcia de Orta e Amato Lusitano³. A historiografia moderna tem procurado associar a passagem destes letrados pelos *studia* da cristandade com o carácter inovador da sua produção intelectual e com os contextos reformistas que marcaram o reino neste período⁴. Ao mesmo tempo, outros trabalhos deram ênfase às origens *marranas* de muitos desses médicos observando o contributo das suas conexões com estas comunidades, para alicerçarem os seus percursos académicos e carreiras nos reinos europeus, onde estas se estabeleceram

¹ No decurso da elaboração deste artigo gostaríamos de agradecer a orientação da Professora Doutora Laurinda Abreu, assim como a revisão cuidada de Inês Lourinho, as colaborações de Alexandra Marques, Luísa Gama na identificação de fontes e as leituras críticas de André Leitão e Danielle Sanches de Almeida que permitiram enriquecer as perspectivas desenvolvidas neste trabalho.

² Hilde Ridder-Symoens, «A Mobilidade», em *Uma História da Universidade na Europa*, ed. Hilde Ridder-Symoens, vol. 1 (Lisboa: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas / Fundação Eng. António de Almeida / Impr. Nac. Casa da Moeda, 1996), 279–84; António Resende Oliveira, «A mobilidade dos universitários», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 1 (Coimbra - Lisboa: Universidade; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 339–40.

³ Jon Arrizabalaga, «Garcia de Orta in the Context of the Sephardic Diaspora», em *Medicine, Trade and Empire: Garcia de Orta's Colloquies on the Simples and Drugs of India (1563) in Context*, ed. Palmira Fontes da Costa (Farnham (Surrey): Routledge, 2015), 11–32; Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo* (Lisboa: Impr. Nacional, 1886); Maximiano de Lemos, *Zacuto Lusitano: a sua vida e a sua obra apreciações da imprensa* (Porto: Eduardo Tavares Martins, 1909).

⁴ Humberto Baquero Moreno, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo* (Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1970); Armando Luís de Carvalho Homem, Luís Miguel Duarte, e Eugénia Pereira da Mota, «Percursos na burocracia régia (séculos XIII-XV)», em *A Memória da Nação*, ed. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991), 403–23; Para a reforma da universidade em Portugal cf. Mário Brandão, *A inquisição e os professores do Colégio das Artes*, Acta universitatis conimbrigensis (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948), 151.

depois da sua expulsão da península ibérica, em finais do século XV⁵. Porém, sabemos que a seu lado outros letrados transitaram nestes itinerários universitários sem estes traços culturais e religiosos, muitos dos quais regressaram ao reino onde exerceram medicina integrados no oficialato régio e municipal, nas misericórdias e nas fortalezas do império português.

O estudo deste grupo afigura-se por isso como um bom ponto de partida para uma análise ao contexto social dos profissionais de saúde que exerceram em Portugal durante o século XVI, naquilo que pretende vir a ser um trabalho mais vasto do que aquele que aqui pretendemos apresentar. Neste texto apresentaremos apenas alguns dados de um trabalho mais vasto que temos em curso, inicialmente desenvolvido no âmbito do projecto *Decisão política, necessidades colectivas e afirmação profissional: o Hospital de Todos os Santos em perspectiva* (PTDC/HIS-HIS/113416/2009)⁶, que entretanto se autonomizou. O nosso objectivo é contribuir para o conhecimento das profissões de saúde quinhentistas, observando os agentes envolvidos na difusão do saber médico entre a Europa e o reino.

A geografia da *peregrinatio academica*

Os primeiros resultados obtidos permitiram identificar uma circulação específica da *peregrinatio medica* lusitana, marcada pela predominância dos *studia* peninsulares, em Salamanca, Lérida, Valladolid ou Alcalá. Ainda assim, foi possível encontrar numerosos letrados em outras universidades além Pirenéus, nomeadamente em Paris, e também nas das cidades portuárias do sul de França e as do norte de Itália⁷ (cf. mapa 1).

⁵ Jon Arrizabalaga, «The World of Iberian converso practitioners, From Lluís Alcanyís to Isaac Cardoso», em *Beyond the Black Legend: Spain and the Scientific Revolution*, ed. Víctor Navarro e William Eamon (Valência: Universitat de València - CSIC, 2005), 307–22; Hilde de Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands», em *Special Issue: The Modern University; Past, Present and Prospects; Essays in Honour of Sheldon Rothblatt*, ed. Roy Lowe, *History of Universities*, 27.2013,1 (Oxford: Univ. Press, 2013), 20–49.

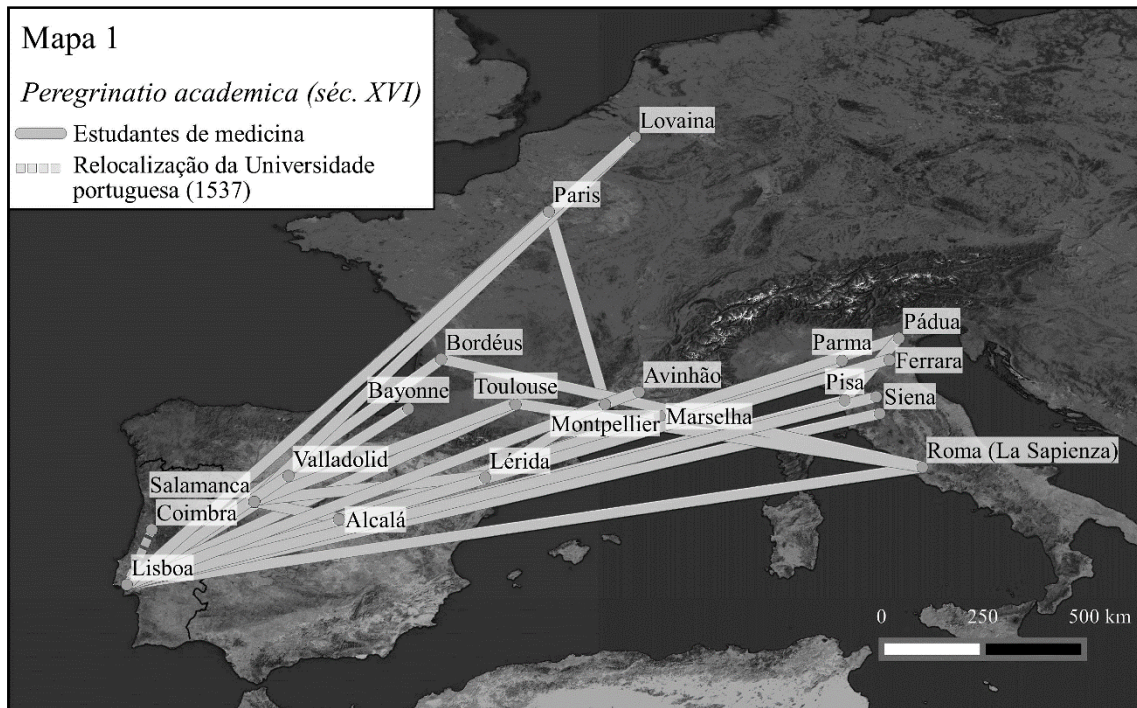
⁶ Projecto cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), onde fomos bolseiro de investigação entre 2011 e 2013, sob a coordenação da Professora Laurinda Abreu.

⁷ Mário Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», em *Centers of Medical Excellence?: Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, ed. Andrew Cunningham, Ole Peter Grell, e Jon Arrizabalaga (Farnham, England; Burlington, VT: Ashgate, 2010), 132–41; Esta geografia poderá ser enriquecida nos próximos anos, com a apresentação dos resultados do projecto de André Leitão. Para um esboço do seu projecto cf. André de Oliveira Leitão, «Circulação, redes e percursos dos escolares portugueses na

Praticamente sem relevância terá o norte da Europa, onde a única excepção foi Lovaina nos Países Baixos, associada por certo à presença de importantes comunidades *marranas*. Esta geografia suscita-nos um conjunto de questões sobre as condições e as motivações que deram origem à *peregrinatio* nacional. Por exemplo, interessa compreender em que medida este movimento reflectirá a acção de um grupo determinado de letrados de origens culturais ou religiosas próprias. Caso se confirme, poderá esta geografia corresponder a uma intenção política específica, reproduzindo a proibição dos letrados espanhóis de estudar em universidades europeias a partir de 1559? Em que medida esta actuação política explica a presença de portugueses em *studia* como Salamanca? E já no regresso ao reino, como se articulam com as políticas de controlo dos graus académicos obtidos no estrangeiro?

Procurando dar resposta a algumas destas questões, tentámos analisar as motivações de cariz social, político e religioso subjacentes ao percurso de formação destes letrados. Começámos por tentar identificar o seu papel na construção de redes científicas, para depois analisar o seu contributo para a integração do reino no panorama humanista europeu. A partir daqui valorizamos a sua presença tanto na difusão dos conhecimentos obtidos pela expansão marítima, como na promoção de reformas internas no campo da medicina quinhentista. Por fim, tentaremos seguir estes médicos no regresso ao reino, desvendando os factores que favoreceram ou dificultaram a *peregrinatio*, nomeadamente o modo como foram acolhidos e integrados no oficialato régio e municipal ou na rede de instituições de cariz assistencial.

Christianitas durante a Idade Média. Apresentação de um plano de tese de doutoramento em História Medieval», em *Incipit 3: Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2013-14*, ed. Diogo Faria e Filipa Lopes (Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2015), <http://www.academia.edu/download/37409828/13127.pdf>.



Humanismo europeu e *peregrinatio*.

Nos finais do século XV, a *peregrinatio academica* lusitana foi muito marcada pela influência do humanismo renascentista italiano, de resto, patente na educação de muitos membros da Casa Real⁸. Isso resulta em grande medida das políticas desenvolvidas durante esta centúria para resolver a carência de oficiais para a burocracia régia. Assim, a partir do reinado de D. Afonso V, torna-se frequente a concessão de bolsas aos filhos de algumas das famílias dos principais membros da Corte destinadas à sua formação académica superior⁹.

Os percursos dos letrados portugueses neste período permitem identificar o papel central de algumas universidades, como Bolonha ou Pisa, para os alunos em leis, e de Salamanca, Paris ou Montpellier, para os de medicina¹⁰. Nas primeiras décadas de

⁸ Manuela Mendonça, *D. João II. Um Percorso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal* (Lisboa: Editorial Estampa, 1991), 70–71; António Rosa Mendes, «A vida cultural», em *História de Portugal*, vol. 3, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, ed. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), 375.

⁹ Moreno, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V*.

¹⁰ Salvador Dias Arnaut, «A Medicina», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 1 (Coimbra - Lisboa: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 350; Luís de Matos, *Les portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1950); Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)* (Lisboa:

quinhentos, encontramos diversos académicos a viajar para a Europa como é o caso de Francisco Rodrigues, físico morador em Viana do Castelo¹¹, ou Mestre Gil da Costa, futuro Cirurgião-mor (1518-1554)¹². Os seus percursos parecem fazer parte da política régia de atribuição de bolsas encetada a partir de 1499 para o Colégio parisiense de Montaigu¹³ criada por D. Manuel tendo em vista a formação de indivíduos que viessem a assegurar as reformas de que o reino necessitava¹⁴. D. João III manteria a mesma política em relação aos de teologia igualmente com propósitos reformistas. A influência francesa no reino ficará por isso bem patente na reforma da universidade, como se viu com a criação do colégio de artes e o recrutamento de numerosos professores com passagem nos *studia* franceses¹⁵.

No campo da medicina, a passagem dos mencionados Francisco Rodrigues e Mestre Gil da Costa por Montpellier representaria a continuação de um trajecto pelo *Midi*, já bem conhecido dos médicos portugueses desde o século XIV¹⁶. O seu curso de medicina continuava a ter ainda muita fama, pelo menos em Portugal¹⁷, não sendo menor importância a ligação que portos como Bordéus, Toulouse ou Marselha asseguravam entre as redes económicas ibéricas e o Mediterrâneo e o Atlântico. A esta estadia também não seria estranha a presença das comunidades *marranas*, que, depois da expulsão do reino e da conversão forçada, se tinham concentrado nas principais cidades comerciais europeias.

Universidade de Lisboa, 1962); Joaquim Veríssimo Serrão, *Les Portugais à l'Université de Montpellier: XIIIe-XVIIe siècles* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971).

¹¹ ANTT, CHR. D. Manuel I, liv. 10, fl. 78v

¹² Artur Moreira de Sá, *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis* (Lisboa: Inst. de Alta Cultura, 1973), vol. II, doc. 638, pág. 75.

¹³ Ainda que numa lógica bem distinta da motivação espiritual que marcaria a introdução em 1527 do colégio parisiense de Santa Bárbara, sob a protecção de Diogo de Gouveia, então mestre teólogo na Alma Mater, cf. Mário Farelo, «Lisboa numa rede latina? Os escolares em movimento», em *A universidade medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*, ed. António Nóvoa, Hermenegildo Fernandes, e Luís Urbano Afonso (Lisboa: Tinta da China, 2013), 252.

¹⁴ Mendes, «A vida cultural», 375–77.

¹⁵ Sebastião Tavares de Pinho, «A mobilidade dos universitários», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 2 (Coimbra Lisboa: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 989–1014.

¹⁶ Serrão, *Les Portugais à l'Université de Montpellier*, 35–66.

¹⁷ Elizabeth A Williams, «Medical Education in Eighteenth-century Montpellier», em *Centers of Medical Excellence?: Medical Travel and Education in Europe, 1500-1789*, ed. Andrew Cunningham, Ole Peter Grell, e Jon Arrizabalaga (Farnham, England; Burlington, VT: Ashgate, 2010), 248–50.

Conversos e universidade.

A predisposição para a prática médica tinha sido durante o século XV uma das principais marcas das comunidades judaicas peninsulares¹⁸, persistindo por isso nas comunidades quinhentistas *marranas* dos Países Baixos, em Antuérpia ou em Amesterdão¹⁹, e no norte de Itália²⁰, bem como entre os *conversos* portugueses, em particular os que gravitavam nos meios letrados das elites do reino, em instituições como a universidade e mesmo a Casa Real. Esta inclinação para a medicina explica-se em grande medida pelas próprias características do ensino judaico tardo-medieval, mantido à margem do meio universitário, desenvolvido em círculos restrictos recorrendo a obras em hebraico, como aquelas que o Mestre Luís, físico em Évora, foi autorizado a manter em 1499²¹. A presença destes círculos favorecia a criação de autênticas redes familiares dentro de uma determinada profissão²². Refira-se, a propósito, que durante a elaboração do *Regimento do Físico-mor* de 1515, surgiram referências à necessidade de examinar quaisquer físicos que tivessem aprendido “per linguagem ou per hebraico ou per outra lingua”²³.

Contudo, a mesma conversão forçada que impossibilitara a fuga destes médicos permitia agora abrir as portas a carreiras que até ali tinham permanecido praticamente fechadas à comunidade judaica. Tirando partido da sua capacidade financeira, os *conversos* foram desde logo integrados nas instituições universitárias, levando consigo muitas obras da cultura medieval helenística e árabe até ali apenas acessíveis na cultura judaica. Decorrente deste movimento, na primeira metade do

¹⁸ Iria Gonçalves, «Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: as Cartas de Exame», *Do tempo e da História*, n. 1 (1965): 84; Charles Boxer, «Some Remarks on the social and Professional status of Physicians and Surgeons in the Iberian World 16th-18th centuries», *Jornal da Sociedade das Ciências médicas de Lisboa* 137, n. 4–5 (1974): 199; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982), 355–57; Francis A. Dutra, *The Practice of Medicine in Early Modern Portugal: The Role and Social Status of the Físico-Mor and the Surgião-Mor* ([Stuyvesant, N.Y.]: [Pendragon Press in cooperation with the New York Public Library], 1991), 136.

¹⁹ Yosef Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfaraite au XVIIe siècle* (Paris: Chandeigne, 1999); Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands».

²⁰ Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment».

²¹ ANTT, CHR. D. Manuel I, liv. 16, fl. 75v.

²² Gonçalves, «Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: as Cartas de Exame»; Alfredo Rasteiro, *Medicina judaica lusitana: século XVI*, Saúde e Sociedade 9 (Lisboa: Quarteto, 2000).

²³ Sá, *ACUP*, 302 vol. 1, doc. 417.

século XVI, são identificados diversos *conversos* da universidade, como o lente de medicina Agostinho Henriques Micas, membro da família Mendes Benveniste²⁴. Assumindo papéis cada vez mais centrais junto da burocracia régia, esta comunidade foi assegurando a sua permanência no reino, mesmo depois da introdução do Tribunal do Santo Ofício, em 1534, pelo menos, enquanto se mantivesse distante de práticas religiosas suspeitas.

Na *peregrinatio* reconhece-se que, até 1520, a rede de contactos criada pelo exílio das comunidades sefarditas concedera novas oportunidades para muitos destes físicos *conversos*, como Garcia de Orta e Amato Lusitano, permitindo a sua integração nas dinâmicas culturais humanistas da época²⁵. Durante o primeiro quartel da centúria, muitos destes letrados regressaram ao reino, transportando consigo muitas dessas ideias, concorrendo de forma decisiva para unir os letrados nacionais às principais correntes europeias²⁶. Só com o reforço das políticas de controlo da população *conversa* se assistiria a uma profunda alteração do modelo de *peregrinatio academica* médica portuguesa, não apenas aumentando o número dos estudantes em trânsito, mas também a sua disseminação pelas universidades europeias²⁷.

A mobilidade dos *conversos* na *peregrinatio*.

A presença desta comunidade no reino nem sempre decorreu de forma pacífica, chegando mesmo a protagonizar situações de extrema violência, como foram as registadas em 1506 na cidade de Lisboa, com um massacre de cristãos-novos que terá patrocinado por alguns agentes eclesiásticos²⁸. Um bom exemplo dessa tensão traduzir-se-ia no parecer dos procuradores cristãos-novos estabelecidos em Itália, enviado em 1546, referindo já o que parecia ser um afastamento da comunidade de cargos nas

²⁴ Herman Prins Salomon e Aron di Leone Leoni, «Mendes, Benveniste, de Luna, Micas, Nasci: The State of the Art (1532-1558)», *The Jewish Quarterly Review* 88, n. 3/4 (Janeiro de 1998): 150, doi:10.2307/1454662.

²⁵ A. J. Andrade de Gouveia, *Garcia d'Orta e Amato Lusitano na ciência do seu tempo* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1985), 73.

²⁶ Mendes, «A vida cultural», 380.

²⁷ Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 134.

²⁸ François Soyer, «The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: A New Eyewitness Account», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 7 (2007): 221–44.

misericórdias, nos colégios e nas corporações de ofícios urbanos²⁹. Um movimento que, por certo, já reflectiria a introdução do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, a partir de 1536, com consequência nas políticas de limpeza de sangue nos meios letrados das décadas seguintes³⁰. Será neste período que, apesar da proibição geral de saída do Reino, se acentuou a fuga de numerosos *conversos*, uns partindo para outras paragens do império, outros acolhidos em nos reinos europeus que lhes abriam a porta, como França ou as cidades italianas.

Na *peregrinatio medica*, os primeiros sinais surgem com o aparecimento de escolares lusitanos nas cidades portuárias do *Midi* francês, como Bordéus, Bayonne, Marselha ou Avinhão³¹. A partir de 1550, com a concessão do privilégio de cidadania aos mercadores portugueses judeus ou *conversos* por parte de Henrique II, esse movimento intensifica-se ainda mais³². A estadia destas comunidades nestes portos asseguraria igualmente importantes ligações com os familiares que tinham permanecido nos reinos peninsulares³³. Desse modo, durante este período garantiriam frequentemente os percursos de académicos portugueses, com ou sem raízes judaicas, permitindo mesmo que alguns *magistri conversos* pudessem circular entre os *studia* do *Midi* francês, como Montpellier ou Toulouse.

Nesse momento, a *peregrinatio* para lá dos Pirenéus era a oportunidade para muitos destes letrados *conversos* prosseguirem uma carreira académica, longe do reino nacional onde a desconfiança sob as suas crenças religiosas agora imperava. A sua opção, foi exercerem a sua actividade nas cidades cujas elites asseguravam a sua protecção, o que lhes permitiu criar autênticas redes familiares, algumas das quais constituídas essencialmente por médicos que exerciam nos municípios e universidades que os acolhiam. Assim aconteceu com Manuel Ribeiro e a sua família, em Avinhão³⁴, e

²⁹ António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 5ª (Lisboa: Editorial Estampa, 1985), 52 e 113.

³⁰ Fernanda Olival, «Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 4 (2004): 151–82; Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*, 2013.

³¹ Gerard Nahon, «The Portuguese Jewish nation of Saint-Esprit-Les-Bayonne: The American dimension», em *The Jews and the expansion of Europe to the West, 1450 to 1800*, ed. Paolo Bernardini e Norman Fiering (New York, 2001).

³² Gerard Nahon, *Les «nations» Juives Portugaises du Sud-Ouest de la France (1684-1791)* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1981), 21–26 doc. VIII.

³³ Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVIIe siècle*.

³⁴ Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVIe siècle. Études et Documents* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952), 154–55.

com muitos outros médicos em Antuérpia e noutras cidades dos Países Baixos. Assim integrados muitos destes *conversos* iriam alcançar reconhecimento social através da sua atividade profissional, pelo menos, enquanto as autoridades confiassem nas suas convicções religiosas³⁵.

As mesmas motivações podem ser vistas na presença lusitana nas universidades do norte de Itália, seguindo em grande medida o mesmo percurso da *peregrinatio academica* quatrocentistas³⁶. A fama que a educação italiana adquirira em Portugal neste período tinha então sido central na integração da cultura letrada nacional nas principais correntes humanistas³⁷, mas pouco se reflectira na medicina. Até 1520, a excepção foi garantida pela sua ligação à Santa Sé do *studium* romano, onde Fernando do Campo, médico leigo morador na Golegã, obteve o grau de doutor³⁸. A partir da quarta década quinhentista, reforçou-se a presença portuguesa nas universidades do norte de Itália. Encontram-se então vários físicos do reino nas universidades de Ferrara, Pisa ou Pádua como é o caso de João Rodrigues de Castelo Branco (Amato Lusitano), Filipe Rodrigues de Montalto ou Rodrigo da Fonseca. Um dos traços mais interessantes dos seus percursos residirá na ligação permanente a outros letrados com raízes nacionais. Assim foi com João Rodrigues de Castelo Branco, que, durante a sua estadia no *studium* de Ferrara, poderá ter-se encontrado com Duarte Gomes (David Zaboca), médico em Veneza, e o astrónomo Francisco Mendes Vezinho (Esdras Vezinho), filho de Yosef Vezinho, médico do monarca português D. João II³⁹. Neste contexto, é provável que as comunidades sefarditas tenham assegurado a estadia destes letrados,

³⁵ Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVIIe siècle*; Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands».

³⁶ Mendes, «A vida cultural», 375–76; Oliveira, «A mobilidade dos universitários», 348–50.

³⁷ Mendonça, *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, 70–71.

³⁸ Artur Moreira de Sá, Francisco da Gama Caeiro, e António Domingues de Sousa e Costa, eds., *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, 16 vols. (Lisboa: IAC / INIC / JNICT / FCT, 1966) vol. X, doc. 3904, p. 35.

³⁹ Maximiano de Lemos, *Amato Lusitano: a sua vida e a sua obra* (Porto: Eduardo Tavares Martins, 1907); Augusto da Silva Carvalho, *História da medicina portuguesa* (Lisboa: Imp. Nacional, 1929); Pier Cesare Ioly Zorattini, «Sephardic Settlement in Ferrara under the House of Este», em *New Horizons in Sephardic Studies*, ed. Yedida Kalfon Stillman e George K Zucker (Albany: State University of New York Press, 1993).

ajudando a criar redes de contacto entre médicos portugueses e as principais figuras da ciência europeia, exteriores às suas crenças religiosas⁴⁰.

As ligações às comunidades sefarditas favoreceriam o desenvolvimento de percursos de grande mobilidade em médicos *conversos*. A *peregrinatio* de João Rodrigues de Castelo Branco, depois Amato Lusitano, é disso um bom exemplo. O seu trajecto é caracterizado pelas curtas passagens em cidades conhecidas pelas suas importantes comunidades sefarditas: Saindo de Lisboa em 1533 passou a Antuérpia onde permaneceria até 1540. Daqui deslocou-se ao Norte de Itália, onde esteve em Ferrara (1540), Ancona (1547 e 1552) e Roma, aqui, ao serviço do Papa (1550). Foi nessas viagens que adoptou o nome hebraico de Amato Lusitano. Em 1558 partirá para Salónica onde viria a falecer em 1568⁴¹.

No caso concreto de João Rodrigues, a questão poderia ser não apenas motivada pelas redes familiares que o apoiavam, ou pelas oportunidades de carreira junto das instituições e dos poderes locais, mas antes decorrer da ambiguidade que a sua condição religiosa impunha. A sua determinação em retomar a fé hebraica dos seus pais, associada às marcas que a adopção forçada ao cristianismo deixara em muitos destes *conversos*, deu origem a uma identidade miscigenada difícil de reconhecer até pelas comunidades judaicas que os protegiam. A tensão social daqui corrente poderá justificar as estadias curtas, bastante dependentes dos poderes locais⁴². Sempre que surgiam laivos de tensão social estes médicos viam-se obrigados a percorrer longas distâncias até encontrarem um local onde pudessem viver pacificamente.

Ainda assim, e contra todas as já referidas adversidades, alguns destes médicos *conversos* regressaram aos reinos ibéricos. Refira-se o caso de Garcia Lopez que, depois de se graduar como bacharel em Salamanca, rumou até aos Países Baixos. Obteve o doutoramento em Lovaina, praticando em Antuérpia durante alguns anos antes de regressar ao reino em 1570. Aqui acabou julgado pelo Santo Ofício por práticas de

⁴⁰ Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVII^e siècle*.

⁴¹ Lemos, *Zacuto Lusitano*; Pinho, «A mobilidade dos universitários», 1005.

⁴² Kaplan, *Les Nouveaux-Juifs d'Amsterdam: Essais sur l'histoire sociale et intellectuelle du judaïsme séfarade au XVII^e siècle*; Arrizabalaga, «The World of Iberian converso practitioners, From Lluís Alcanyís to Isaac Cardoso»; David B. Ruderman, *Early Modern Jewry: A New Cultural History* (Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2011).

judáismo e condenado a auto de fé em 1572⁴³. Como este, diversos outros médicos cristãos-novos vão regressar ao reino da sua *peregrinatio*, exercendo em Portugal a sua actividade, pelo menos durante algum tempo, até serem obrigados a retirarem-se do reino. Subjacente a esse regresso estava o desejo que muitas comunidades sefarditas de manter contacto com os familiares *conversos* que tinham permanecido nos domínios ibéricos. Isso levava-os a manter fortes ligações com as redes comerciais portuguesas e até mesmo com a própria *peregrinatio*, o que não era de todo desconhecido das elites religiosas hispânicas. A partir de meados do século XVI, este movimento passou a enfrentar cada vez mais dificuldades, não só pelas questões religiosas, mas também pela situação da universidade portuguesa. O problema fundamental era, no caso da Faculdade de Medicina, o facto de se manter pouco apelativa para quem se queria dedicar ao estudo da medicina.

A universidade, o Físico-mor, os *conversos* e a *peregrinatio medica*.

Em 1550, o reitor da Universidade de Coimbra Fr. Diogo de Murça apresentou uma exposição a D. João III referindo a existência de poucos alunos de medicina, uma vez que muitos portugueses partiam para Salamanca, onde poderiam formar-se em dois ou três anos⁴⁴. Criticava, assim, o programa de estudos do curso nacional que, no total, atingia os oito anos⁴⁵. Além disso, apontava também críticas à acção do Físico-mor,

⁴³ Durante a sua estadia nos Países Baixos, publica a obra "De Comentarie de varia sei medicae lectione", Antuerpiae Aperdivduam Martini Nutié, 1564, 8.º, cf. ACL, Augusto da Silva Carvalho, *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões Portugueses ou que estiveram em Portugal*, doc. dactilografado inédito, 3.ª versão, vol. 6 L-M, fl. 80; ANTT, TSO, Évora, proc. 171; Ridder-Symoens, «Maranos and Universities in the Renaissance Netherlands», 31–32.

⁴⁴ Fr. Diogo Murça, «Carta de frei Diogo de Murça, reitor da Universidade de Coimbra, dando parte ao rei que naquele ano se fizeram 162 actos públicos nas quatro faculdades», 1550, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 84, n.º 136, <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3778326>.

⁴⁵ Laurinda Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados», em *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Catálogos BNP (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010), 103, <https://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/1971>; Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 129. Incluindo os anos de formação obrigatórios do curso de artes, cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 119; Ángel Marcos de Dios, «A Transferência de Escolares entre Salamanca e Coimbra», em *Universidade(s): história, memória, perspectivas: Actas do Congresso «História da Universidade», Coimbra 5 a 9 de Março de 1990*, ed. Comissão organizadora do C.H.U. e Universidade de Coimbra, vol. 3 (História da Universidade, Lisboa: Diglivro, 1991), 155–64.

destacando a sua política de concessão de licenças de médico a “pessoas imdrotos e nom graduados”, conhecidos como “mata sanos”⁴⁶.

Em causa estava uma disputa jurídica sobre os mecanismos de profissionalização dos praticantes de medicina do reino. O Físico-mor, como principal oficial do reino, assumia-se como a principal autoridade do campo⁴⁷. Entre as suas competências estava a inspecção e regulação das actividades dos profissionais de saúde, concedendo licenças a todos os que se submetessem ao seu exame para obter autorização para exercer nos “reinos e senhorios de Portugal”, depois de pagar a estipulada pelo regimento. Para os médicos formados no estrangeiro, cujo título devia obrigatoriamente ser reconhecido pelo Físico-mor, esta era a solução mais simples, e porventura a menos dispendiosa⁴⁸. Para a universidade o que estava em causa era a protecção dos seus direitos económicos que via fugir para as mãos do Físico-mor. Contudo, ao colocar a dúvida sob a qualidade da formação reconhecida pelo Físico-mor, a sua intenção seria reposicionar a atenção das autoridades jurídicas sobre a actuação do oficial régio, um pouco à imagem do que já acontecia do outro lado da fronteira.

De facto, em Castela, a mesma preocupação em manter os alunos nas universidades levava à criação de um novo quadro jurídico por Filipe II a partir da década de 1550: as profissões médicas foram colocadas sob jurisdição da Junta do Protomedicato, ao mesmo tempo que se procurava proteger as universidades locais impondo limites ao percurso universitário dos letrados espanhóis fora dos *studia* ibéricos. A partir de 1559, aqueles passaram a poder frequentar apenas os estudos de Roma, Nápoles e o Colégio de Bolonha⁴⁹. Os reinos ibéricos procuravam, assim, dar

⁴⁶ Murça, «Carta de frei Diogo de Murça, reitor da Universidade de Coimbra, dando parte ao rei que naquele ano se fizeram 162 actos públicos nas quatro faculdades».

⁴⁷ A seu lado, o outro principal oficial do reino, o Cirurgião-mor, dedicava-se ao controlo do universo da prática cirúrgica. As esferas jurídicas destes oficiais encontravam-se claramente definidas, e apenas por motivos específicos, como a ausência de um deles do reino, é que um deles poderia acumular os dois cargos, cf. Dutra, *The Practice of Medicine in Early Modern Portugal: The Role and Social Status of the Físico-Mor and the Surgião-Mor*, 135–38.

⁴⁸ Cf. Regimento do Físico-mor publicado em Manuela Mendonça, «A Reforma do campo da saúde no reinado de D. Manuel», em *D. Manuel e a sua época: Actas do III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época*, ed. Maria Norberta Amorim et al., vol. 2 (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004), 346–38 anexo I; Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno», 102–11.

⁴⁹ Vicente Beltrán de Heredia, *Cartulario de la Universidad de Salamanca: la universidad en el siglo de oro*, vol. 4 (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1972), 70–72; Ainda assim isso não impediria a divulgação de novas culturas médicas nas universidades ibéricas cf. José Pardo Tomás e Alvar Martínez

uma resposta à fuga de letrados das suas universidades, enquanto respondiam a outra preocupação latente entre as elites eclesiásticas: a desconfiança face à prática médica, frequentemente associada à comunidade *conversa* que permanecera após a conversão geral forçada, nos finais do século XV⁵⁰.

Nas décadas seguintes, a universidade portuguesa defenderia uma política assente na defesa dos seus estatutos face ao Físico-mor, mas que não deixaria de acompanhar os *conversos*, sobretudo, depois da entrada do Santo Ofício em Portugal, em particular durante a década de 1540. Essa política basear-se-ia na produção de um conjunto de tratados religiosos por membros do clero peninsular, preocupados com o papel que os cristãos-novos detinham na prática médica e noutras áreas, como o comércio e a justiça. Destas obras faz parte o comentário do Bispo de Goa, Jerónimo de Santa Fé ao “Tratado que fez mestre Hieronimo medico do papa Benedicto 13 cõtra os iudeus”, impressa em 1565 pela Companhia de Jesus⁵¹. É provável que a este movimento se tenha associado um conjunto de notícias sobre conspirações entre as comunidades *marranas* e *conversas* alegadamente para depor os governos ibéricos. Está neste caso a “Carta dos Judeus de Hespanha aos de Constantinopla”, talvez criada no seio do clero hispânico, reproduzida a partir de 1580 por toda a Europa, e que, na verdade, constituía um manifesto político⁵².

A circulação dessas obras, muitas das quais manuscritas, contribuiu nos reinos peninsulares, para o desenvolvimento das políticas de limpeza de sangue no campo da medicina, assente na proximidade das suas elites eclesiásticas à universidade⁵³. Em Portugal, tal poderá ter contribuído, entre outras razões, à criação, no final da década de 1560, de um programa de bolsas para os alunos cristãos-velhos do curso de medicina,

Vidal, «Presencias y silencios. Biografías de médicos en el Antiguo Régimen», *Asclepio* 57, n. 1 (2005): 55–66.

⁵⁰ François Soyer, *A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I, e o fim da tolerância religiosa, 1496-1497*, 2013.

⁵¹ Jerónimo de Santa Fé, *Tratado que fez mestre Hieronimo medico do papa Benedicto 13 cõtra os iudeus... Carta do primeiro arcebispo de Goa ao pouo de Israel seguidor ainda da ley de Moises & do Talmud por engano & malicia dos seus Rabis*, ed. João de Endem (Em Goa: por João de Endem, 1565); Ângela Barreto Xavier e Ines G Županov, *Catholic Orientalism: Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th Centuries)*, 2015.

⁵² João Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos-novos portugueses*, 3a ed (Lisboa: Clássica, 1989) Apêndice 10; François Soyer, «The Anti-Semitic Conspiracy Theory in Sixteenth-Century Spain and Portugal and the Origins of the Carta de los Judíos de Constantinopla: New Evidence», *Sefarad* 74, n. 2 (Julho de 2014): 372, doi:10.3989/sefarad.014.010.

⁵³ Soyer, «The Anti-Semitic Conspiracy Theory in Sixteenth-Century Spain and Portugal and the Origins of the Carta de los Judíos de Constantinopla: New Evidence», 378.

custeado essencialmente pelos aglomerados urbanos das comarcas portuguesas fronteiriças⁵⁴. Do mesmo modo que os regimentos dos Colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos em Coimbra excluía qualquer *converso* e os seus descendentes, na década de 1540⁵⁵, este sistema não só concebia a exclusão dos estudantes cristãos-novos do curso, como vai permitir que os alunos bolseiros em medicina se distingam dos demais, passando a partir de então a ser conhecidos por “partidistas”.

Este documento da década de 60 de Quinhentos, afigurava-se como o resultado final de um processo de afirmação jurídica da universidade no campo da medicina perante o Físico-mor, com quem se digladiava desde 1515, na sequência da reforma do *Regimento do Físico-mor*⁵⁶. Contenda que seria retomada a partir da Reforma da Universidade, mas apenas em 7 de julho de 1561 atingiu o ponto sem retorno, quando o rei atendeu às constantes queixas contra a política de licenciamento do Físico-mor, colocando-o sob o directo escrutínio das autoridades jurídicas do reino⁵⁷. Ainda assim, em março de 1566, apesar da universidade ter visto confirmado o seu estatuto, asseverado pelas palavras do próprio monarca sobre a necessidade de formação académica para quem pretendesse exercer medicina, nenhum limite era imposto à acção do Físico-mor⁵⁸. O aparecimento do sistema de bolsas para o curso de Coimbra no final da década de 1560 surge como uma resposta alternativa, conferindo à universidade os meios económicos que lhe deveriam assegurar a sua posição de principal centro de ensino médico no reino. Nesse momento, esta instituição deveria tanto manter a qualidade das matérias leccionadas, como assegurar a presença de um corpo de alunos mais ou menos estável, de modo a assumir um papel essencial na reforma que então se

⁵⁴ Laurinda Abreu, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)* (Lisboa: Gradiva, 2014), 120 Cf. mapa 1.

⁵⁵ «Naõ será porem algum recebido, que naõ for tè o 4.º grao purgado de casta dos Judeos, Mouros ou gentios (...)» Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, vol. 1 (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1924), 424; Margarida Brandão, *O Colégio de S. Paulo*, vol. 1 (1548-1580) Parte 1 (Coimbra: Edição da autora, 1971), 32; Olival, «Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal», 153–54.

⁵⁶ Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno».

⁵⁷ António de Almeida, «Collecção da Maior Parte dos Estatutos, Leis, Alvarás, Decretos, e Ordens Relativas a Medicina e Cirurgia para servirem como Documentos à História da Sciencia de Curar em Portugal», em *Jornal de Coimbra*, ed. José Feliciano de Castilho (Lisboa: na Impressão Regia, 1812), 266–68 doc. 8; Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno», 104.

⁵⁸ António de Almeida, «Collecção da Maior Parte dos Estatutos, Leis, Alvarás, Decretos, e Ordens Relativas a Medicina e Cirurgia para servirem como Documentos à História da Sciencia de Curar em Portugal», em *Jornal de Coimbra*, ed. José Feliciano de Castilho (Lisboa: na Impressão Regia, 1812), 266–68 doc. 8; Abreu, «A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno», 104.

emprendia nos quadros municipais de saúde⁵⁹. Esta reforma, assegurava uma ocupação e uma visibilidade institucional cada vez mais relevante às profissões médicas no contexto social do reino.

Contudo, nem mesmo assim o curso de medicina se expandiu. No último quartel do século XVI o número de alunos que o frequentam ainda está longe de se equiparar ao curso de Leis⁶⁰. Na prática, tal situação mantinha a importância da formação em universidades estrangeiras e do Físico-mor. Em Salamanca, Alcalá ou Lérida mantinham-se fortes as marcas da *peregrinatio* lusitana pelo menos até à secessão das coroas, em 1640⁶¹.

A universidade portuguesa e a *Peregrinatio* hispânica.

A presença de letrados portugueses no estudo salmantino assumia-se como um dos traços sociológicos mais relevantes do seu *corpus academicus* desde a sua fundação, tendo-se tornado, como Mário Farelo bem refere, num autêntico “viveiro cultural” lusitano⁶². Entre os principais factores justificativos, encontrava-se a proximidade geográfica e o prestígio dos professores, sobretudo nos cursos direccionados para a formação da burocracia régia⁶³. O século XVI deu apenas continuidade a esta conexão, fortalecida logo nos primeiros anos, através da presença de Rodrigo Álvares, clérigo português que além de ser chantre da Catedral, foi igualmente conselheiro,

⁵⁹ Laurinda Abreu, «Assistance et santé publique dans la construction de l'État moderne: l'expérience portugaise», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 61, n. 3 (2014): 67–97; Abreu, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*.

⁶⁰ Fernando Taveira da Fonseca, «Os Corpos Académicos e os Servidores», em *História da Universidade em Portugal*, vol. 1–Tomo 2 (Coimbra - Lisboa: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 534 fig. 2 A.

⁶¹ Marcos de Dios refere mesmo que entre 1550 e 1650 cerca de 14% dos alunos matriculados em Salamanca são de origem nacional. cf. *Ibid.*, 156; No campo da medicina, a sua importância já é comprovada pelos dados recolhidos por Veríssimo Serrão para o segundo quartel do século XVI, que identificou 99 alunos no curso de medicina. Cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 144–145. Por seu turno, Mercedes Grangel detetou 616 médicos portugueses entre 1546 e 1600. Cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 144–45; por seu turno, Mercedes Grangel detectou 616 médicos portugueses entre 1546 e 1600. Cf. Mercedes Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI», *Medicina na Beira Interior da pré-história ao século XXI: cadernos de cultura*, 2000, 9.

⁶² Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 138.

⁶³ Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI»; Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment».

deputado e reitor desta universidade⁶⁴. Nas décadas seguintes, esta frequência seria identificada pelas autoridades portuguesas como uma ameaça à universidade lusitana. Para limitar a sangria de alunos foi estabelecido um conjunto de privilégios e benefícios que reconheciam as leituras já realizadas em Salamanca, logo em 1538, a serem concedidos a qualquer aluno que pretendesse transitar para o *studium* português. Ao mesmo tempo era elaborado um sistema de equivalências, destinado a regulamentar a *peregrinatio*⁶⁵. A partir desse mesmo ano de 1538, isso seria visível nos cursos de direito, cânones e teologia obtidos fora do reino, cujo licenciamento passou a realizar-se sob a jurisdição da Universidade de Coimbra.

A única exceção seria a medicina que continuava sob a jurisdição do Físico-mor. Isso vai impedir a criação de qualquer limite à frequência portuguesa na Universidade de Salamanca⁶⁶, numa inclinação que até se irá acentuar neste período. A passagem de Luís Nunes, Gonçalo Fernandes, Agostinho Lopes⁶⁷ ou Ambrósio Nunes, este último lente catedrático de véspera de medicina antes de 1569⁶⁸, reflectem precisamente a importância da presença de alunos e até de professores portugueses a frequentarem o curso de medicina em Salamanca⁶⁹. De certo modo, este local tinha-se tornado um centro de oportunidades de carreira universitária, que parecia não existir em Portugal.

Nas cortes de Espanha e nos claustros da universidade salmantina essa presença não deixaria de ser notada. A partir da década de 1550, surgem em Salamanca diversas notícias de alunos de medicina que conseguiam obter licenças para exercer nos seus países de origem sem concluir os respectivos cursos nos *studia* espanhóis, mimetizando algumas das suspeitas que a universidade portuguesa levantara contra o Físico-mor⁷⁰.

⁶⁴ Armando Marques, «Conselheiros portugueses na Universidade de Salamanca (1505-1506)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª, n. 25 (1979); Armando de Jesus Marques, *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação dos escolares lusos no governo do Estudo (1503-1512)* (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1980).

⁶⁵ Pinho, «A mobilidade dos universitários»; Para uma visão da evolução da *peregrinatio academica* até aos nossos dias, cf. Anthony Welch, «From *Peregrinatio Academica* to Global Academic: The Internationalisation of the Profession», em *The Professoriate: Profile of a Profession* (Dordrecht: Springer, 2005), 71–96.

⁶⁶ Algo que a estabilidade do número de alunos notada a partir de 1538 parece confirmar. Cf. Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*.

⁶⁷ Pinho, «A mobilidade dos universitários», 1005; Rasteiro, *Medicina judaica lusitana*, 24–25.

⁶⁸ ANTT, CHR. D. Sebastião e D. Henrique, liv. 22, liv. 297v.

⁶⁹ Cf. Nota 64.

⁷⁰ Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI», 5–7.

Em resposta a estas suspeitas e ao problema da presença *conversa* levantado nos claustros salmantino, as autoridades espanholas promovem a reforma da década de 1560 do processo de exame para a obtenção dos graus académicos mais baixos, em particular o bacharelato⁷¹. Com o passar do tempo, com a unificação das coroas, essa preocupação diminuirá não só em relação a Salamanca como a toda a Espanha, em geral. Tendência que se verificará em Portugal na resposta que nas cortes de Tomar de 1581, Filipe II deu às petições dos povos e da nobreza que pretendiam delimitar o acesso dos cristãos-novos a cargos de justiça e municipais⁷². O monarca chegou a levantar dúvidas sobre a utilidade do assunto, o que provocou algumas dúvidas quanto ao tipo de proteção que era concedido à comunidade *conversa* do reino⁷³. Este clima ambíguo favorecia a circulação de letrados pela *peregrinatio* hispânica, tal como já acontecia com muitos comerciantes⁷⁴, permitindo que o movimento se acentuasse ainda mais nas primeiras décadas do século XVII⁷⁵. Para tal, contribuía, evidentemente, a disputa com o principal oficial médico do reino, o Físico-mor, uma situação aproveitada pelos médicos da *peregrinatio academica* que beneficiavam de uma formação mais curta e menos dispendiosa, face aos bacharéis graduados no reino⁷⁶.

Em suma, a fragilidade da universidade portuguesa decorria, não apenas do menor prestígio dos seus professores ou da menor qualidade do ensino⁷⁷, mas também do quadro institucional introduzido nos inícios do século XVI, que mantinha a jurisdição do Físico-mor sob a *peregrinatio*. Não se poderão também ignorar as tensões

⁷¹ Nesse sentido, apontavam os representantes nas Cortes de Valladolid em 1555, referindo-se ao que «acontece y se ha visto que muchos sin haber estudiado un año de medicina salen de los estudios e se van a otros y con informes falsos de que tienen los cursos que se requieren, les dan grado de bachilleres.» Beltrán de Heredia, *Cartulario de la Universidad de Salamanca*, 4:35.

⁷² Cf. capítulo XIII dos povos e capítulo XVII da nobreza J. J Lopes Praça, *Collecção de leis e subsidios para o estudo do direito constitucional portuguez. Leis e Subsidios referentes ao Nosso Velho Regimen Político*, Edição Fac Simile, Junho 2000, vol. 1 (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1893), 219 e 237-238.

⁷³ António Manuel Hespanha, «La “Restauração”», em *1640: la monarquía hispánica en crisis*, ed. Antonio Domínguez Ortiz, La Sociedad 221 (Barcelona: Crítica, 1992), 141.

⁷⁴ Rafael Carrasco, «Preludio al “siglo de los portugueses”: la Inquisición de Cuenca y los judaizantes lusitanos en el siglo XVI», *Hispania: Revista Española de Historia* 47, n. 166 (1987): 503–60.

⁷⁵ Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, 92–93; Ángel Marcos de Dios, «Portugueses na Universidade de Salamanca», ed. Belarmino Afonso, *Brigantia: revista de cultura* IV, n. 4 (1984): 569–86; Marcos de Dios, «Universidade(s)», 162; Grangel, «Salamanca y la formación de Medicos Portugueses en el siglo XVI»; Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment», 139.

⁷⁶ Pinho, «A mobilidade dos universitários».

⁷⁷ Farelo, «On Portuguese Medical Students and Masters Travelling Abroad: An Overview from the Early Modern Period to the Enlightenment».

religiosas e sociais, que rodeavam os *conversos* na universidade, que em parte explicarão o aparecimento das políticas de limpeza de sangue, patente no *Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos Velhos*, conhecido na sua versão de 1604, documento que cristalizava também muitos dos conflitos que então se viviam e que se constituía, em certa medida, como um limite à própria expansão do curso de medicina, forçando muitos alunos a procurarem universidades estrangeiras.

Considerações finais.

Ao longo do século XVI, a *peregrinatio medica* resultou de um conjunto de factores políticos, religiosos, sociais e culturais, que marcaram Portugal. As tensões religiosas e sociais constrangeram as comunidades *conversas* ibéricas a moverem-se por toda a Europa. Para muitos dos letrados *marranos*, a *peregrinatio* correspondeu a uma oportunidade de fuga ao clima de insegurança que predominava nos reinos ibéricos e de encontro com os seus familiares – e as suas origens religiosas. Ao mesmo tempo, este movimento permitiu uma abertura dos *studia generalia* europeus a muitos *conversos*, o que lhes ofereceu uma alternativa à carreira comercial frequentemente associada às famílias judaicas. A passagem pelas universidades europeias foi, assim, um momento central nos percursos de vida destes letrados, que tiveram a oportunidade de integrar as redes científicas europeias em formação. Em alguns casos, sobretudo no início do século XVI, as hipóteses de carreira também se abriram em Portugal, no oficialato régio e na universidade, e no império, onde estes médicos se mantiveram, enquanto foram discretos quanto à sua fé.

O favorecimento da *peregrinatio* partia da predisposição cultural das elites portuguesas, em particular da Casa Real, que, durante o primeiro quartel do século XVI, favoreceu a formação no estrangeiro. O objectivo das elites nacionais passava pela participação no movimento de identificação e de divulgação do conhecimento científico, impondo uma crescente necessidade de letrados, ainda mais necessária com a expansão marítima. Esta carência de letrados para os cargos de justiça, para a missiões e até para a identificação de produtos naturais provenientes das diversas partes do Império, justificaria assim a política de bolsas, concedidas, por exemplo, na *Alma Mater* parisiense a partir de D. Manuel. Este contexto concedeu a muitos destes

médicos a oportunidade para assumirem um papel central nas reformas do quadro legal das profissões de saúde reino e, depois, com D. João III, na reestruturação do curso da universidade. Um subproducto dessa posição, deve incluir-se a difusão de um número cada vez maior de obras impressas dos lentes do curso de medicina de Coimbra. a partir da década de 1540.

Estas políticas motivariam o regresso de inúmeros letrados portugueses ao reino, muitos dos quais de origem *conversa*, contribuindo, com isso, para uma imagem cosmopolita do reino, patente entre as elites letradas quinhentistas. A reforma da universidade, com a sua transferência para Coimbra, inseriu-se nesse movimento, no modo como promoveu a integração em Portugal dos quadros formados pela *peregrinatio*, com o objectivo de colocar a instituição ao nível dos melhores estudos superiores europeus. O que esteve patente, por exemplo, na adopção de algumas das tendências de ensino mais inovadoras da medicina europeia, como a anatomia.

Ainda assim, o exemplo da formação médica demonstra bem como muitas das reformas acabaram por encontrar obstáculos devido às múltiplas jurisdições a que se encontrava sujeito e às várias instituições com a incumbência de assegurar as regras do exercício da profissão, como a concessão de licenças. Os conflitos entre a universidade e o Físico-mor são disso exemplo. A solução, que desagradou ao reitor e aos lentes, passou por atribuir a formação dos médicos à primeira e a regulação da *peregrinatio* sob a jurisdição do segundo. Na verdade, era apontada pela universidade como um factor decisivo para a carência de estudantes no *studium* nacional, pendendo sobre o físico-mor a acusação de passar licenças a médicos ditos “mata-sanos”. Sob o signo deste discurso ocorrerá um conjunto de disputas com o Físico-mor, particularmente intenso no período entre a transferência da universidade para Coimbra e o final da década de 1560, quando foi criado o *Regimento dos médicos e boticários cristãos-velhos*, um sistema de bolsas para os alunos do curso de medicina, financiado por várias comarcas do Reino.

Este Regimento afigura-se como o resultado de um processo lento, onde se conjugam os interesses da universidade em assegurar um número estável de alunos e, assim, o financiamento do curso, e uma crescente oposição à presença da comunidade *conversa* no ofício de médico. A concretização das reformas não pode ser igualmente dissociada das transformações ao nível das redes de assistência locais ocorridas durante

o século XVI, em particular nas misericórdias, e das políticas régias de redefinição dos quadros de saúde municipais encetadas a partir dos finais da década de 1560, que abriram numerosos cargos para cargos de saúde.

Associadas ao facto de o curso de medicina ser demasiado longo quando comparado com os estrangeiros e cada vez menos aberto à presença de *conversos*, assistiu-se a um acentuado incremento da circulação de letrados portugueses em direcção ao *studium* salmantino. Aqui, encontravam uma escola reconhecida internacionalmente, mas também beneficiavam da presença de uma importante e bem estabelecida comunidade lusitana, até mesmo com assento no Conselho Geral da Universidade. No regresso ao reino, estes letrados beneficiavam da protecção jurisdicional do Físico-mor para encontrar oportunidades entre os quadros de saúde municipal e do império.